



CAMPANHA SALARIAL 2014

ASSEMBLEIA NESTA SEGUNDA, 31/03, DEFINE REIVINDICAÇÕES

Todos os associados estão convocados para a assembleia desta segunda-feira, 31 de março, às 20 horas, na sede do SINDAPORT. Queremos discutir e definir uma pauta de reivindicação para apresentar à Codesp. A proposta do SINDICATO é a formalização de um acordo coletivo com validade de dois anos, de 01 de junho de 2014 a 31 de maio de 2016, com reajustes anuais, em 2014 e 2015. Também queremos, além da manutenção das demais cláusulas do acordo anterior, incluir no novo acordo coletivo alguns pontos. São eles:

■ Auxílio educação: esse assunto já avançou em tratativas com a Diretoria da Codesp, mas o DEST não autorizou;

■ Vale-Combustível: o empregado pode ter direito a optar pelo vale-transporte ou vale-combustível;

■ Aplicação dos índices do Plano de Cargos e Salários sobre a complementação para quem faz jus ao benefício;

■ Extensão da complementação para todos os empregados aposentados.

Participe da assembleia, contribua para a discussão de nossa pauta de reivindicações. Categoria unida é categoria forte! Mais informações na página 03.



O deputado federal recebeu a placa das mãos do presidente do SINDAPORT

Deputado federal recebe título de sócio benemérito

O deputado federal Paulo Teixeira (PT/SP) foi homenageado no SINDAPORT, no dia 21 de março, onde esteve participando de um café da manhã. Foi a primeira vez que o deputado esteve no SINDICATO.

No ano passado, só conseguimos implantar o novo Plano de Cargos e Salários da Codesp porque tivemos a interferência do deputado federal Paulo Teixeira. Se ele não estivesse do nosso lado para abrir as portas do DEST (Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais), do Ministério do Planejamento, estávamos esperando até agora uma definição. Pág. 08

Governo e Codesp preparam Plano de Desligamento Voluntário

A Diretoria da CODESP tem aprovada a minuta de um novo Plano de Desligamento Voluntário (PDV) destinado aos empregados da empresa. O novo plano já teria o aval da Direx e do ministro da Secretaria Especial de Portos (SEP) Antonio Henrique Silveira.

Essas são as únicas informações que o SINDAPORT têm até agora. Sabemos que uma comissão formada por técnicos da SEP e da Codesp trabalham na formatação final do plano, que posteriormente será submetido a análise das autoridades do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, através do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST).

Por isso, qualquer especulação além disso deve ser evitada. O SINDICATO entende que

atitudes como essas são desnecessárias e inoportunas, pois a minuta será levada ao conhecimento do Murilo Barella, diretor do Dest, que é quem dá a palavra final. Caso aprovado, o Plano de Desligamento Voluntário da Codesp estará apto para ser homologado pela SEP.

O que temos conhecimento é de que o estudo apresentado aos conselheiros da Codesp teve como parâmetro os planos já em andamento nas demais empresas estatais. Companhias de grande porte e consideradas estratégicas para a economia do país, como Eletrobrás, Correios, entre outras, estão buscando alternativas para a redução de seus efetivos com programas de incentivo à demissão voluntária. Petrobrás e Embraer já anunciaram a implantação de PDV.

Em regra geral, o PDV projetado pelo Governo prevê o paga-

mento de 10 salários brutos, não ultrapassando em 10 vezes o salário do presidente da empresa, acrescido de verbas rescisórias, ou seja, multa do FGTS, aviso prévio, etc.

Invariavelmente fica condicionada a adesão ao PDV o empregado já aposentado que possuir idade acima de 55 anos. Apesar das tratativas, não há previsão para a implantação do Plano na Codesp. Não sabemos se os desligamentos são para este ano ou 2015 por causa da Lei Eleitoral.

O SINDAPORT segue acompanhando atentamente a tramitação desse processo e aguarda o recebimento do documento oficial para a devida análise. Quando tivermos em mãos os verdadeiros termos do PDV vamos analisar junto ao departamento jurídico e depois discutiremos com a categoria.

A Diretoria

PLANTÃO JURÍDICO DO SINDAPORT

- **Trabalhista:** Advogado Paulo Eduardo Lyra M. Pereira - **3ª feira das 8 às 9 horas**
- **Cível:** Advogada Talita Agria Pedroso - **4ª e 6ª feiras das 9 às 10 horas**
- **Previdenciário:** Advogados Cleiton L. Dias Jr. e Katia H. F. S. Amaro - **5ª feira das 9 às 10 horas.**
- **Criminalista:** Advogado Armando de Mattos Júnior atende os associados diretamente em seu escritório na Rua Bittencourt 141, conj. 52, Centro, em Santos. Telefones 3221-2612/9774-6944/7807-4001 ou ID 84*53125

EXPEDIENTE: Jornal dos Portuários é uma publicação do Sindaport, localizado à rua Júlio Conceição, 91, Vila Mathias, Santos, SP. Telefone (13) 4009-0300 - E-mails: presidente@sindaport.com.br e secretaria@sindaport.com.br

EFETIVOS: Everandy Cirino dos Santos – Presidente; João de Andrade Marques – Vice Presidente; Luiz Roberto Gomes – Secretário-Geral; Edilson de Paula Machado – 1º Secretário; Eduardo Ferreira Herrera – 2º Secretário; Valdir Pfeifer da Silva Jr. – 1º Tesoureiro; David da Silva – 2º Tesoureiro; Antonio Mendes Filho – Diretor Jurídico; Ricardo Fernandes – Diretor de Patrimônio; Luiz Carlos dos Santos – Diretor Social - **Jornalista Responsável:** Gisele de Oliveira - Mtb 28.641 - **Redação, edição, diagramação e fotos:** Gisele de Oliveira Tiragem: 4.500 exemplares - Impressão: Diário do Litoral

CAMPANHA SALARIAL 2014: Assembleia nesta segunda-feira, 31 de março, às 20 horas

Foto: Gisele de Oliveira



Categoria tem que participar da assembleia para discutir a pauta de reivindicações 2014

Vamos nesta segunda-feira, 31 de março, dar início a nossa Campanha Salarial 2014. Essa primeira assembleia serve para definirmos a pauta de reivindicações que será enviada à Codesp.

Vale lembrar que estamos sem um acordo coletivo assinado de forma negociada desde 2009. Na ocasião, fizemos um acordo por dois anos, de 01 de junho de 2009 a 31 de maio de 2011.

Em 2011, sem sucesso em nossa Campanha Salarial, entramos com dissídio coletivo de greve. O Tribunal Regional do Trabalho manteve o índice adiantado pela Codesp e as demais cláusulas do acordo anterior.

Novamente em 2012 entramos com dissídio coletivo, dessa vez sem greve. A novidade do julgamento, que manteve o índice de 4,99% de reajuste, pago pela Codesp, e as cláusulas do acordo

anterior, foi com relação ao prazo. O TRT determinou a validade do acordo por quatro anos, de 01 de junho de 2012 a 31 de maio de 2016.

Já no ano passado, a Codesp, seguindo o acórdão do TRT, deveria negociar as cláusulas econômicas, que devem ser reajustadas anualmente, independentemente dos benefícios sociais, que devem vigorar por quatro anos, até maio de 2016. O reajuste salarial pago pela Companhia foi de 6,5%.

Diante desse histórico, queremos levar para a Codesp, após aprovação da categoria em assembleia, uma proposta para a formalização de acordo coletivo com validade de dois anos, de 01 de junho de 2014 a 31 de maio de 2016, com reajustes anuais, em 2014 e 2015. Também queremos, além da manutenção das demais cláusulas do acordo

anterior, incluir no novo acordo coletivo alguns pontos, tais como:

■ **Auxílio educação:** esse assunto já avançou em tratativas com a Diretoria da Codesp, mas o DEST não autorizou;

■ **Vale-Combustível:** o empregado pode ter direito a optar pelo vale-transporte ou vale-combustível;

■ **Aplicação dos índices do Plano de Cargos e Salários sobre a complementação** para quem faz jus ao benefício;

■ **Extensão da complementação para todos os empregados aposentados.**

Quem define a pauta de reivindicações é a categoria durante a assembleia. Por isso, é importante a participação maciça da categoria desde a primeira assembleia. **CAMPANHA SALARIAL FORTE É COM UNIÃO E PRESENÇA NO SINDICATO.**

Dersa e Companhia Docas afirmam que empregados não vão perder benefícios com sucessão

Companhia Docas de São Sebastião vai executar sucessão trabalhista e assumir definitivamente os empregados. Porém, todos os benefícios serão mantidos. Caso a categoria tenha alguma perda, o SINDAPORT ingressará com ação para garantir os direitos

O SINDAPORT esteve reunido com os empregados da Companhia Docas de São Sebastião em duas assembleias, neste mês de março, para discutir a abertura da Campanha Salarial, o encaminhamento de pauta de reivindicação e, principalmente, discutir a questão da sucessão trabalhista.

Diante de muitas incertezas, foi elaborado um ofício solicitando esclarecimentos sobre o processo de sucessão trabalhista dos empregados.

Esses funcionários trabalham há mais de 25, 30 anos no porto de São Sebastião e já passaram anteriormente por uma sucessão. Eram funcionários do Departamento Hidroviário (DH), ligado a Secretaria Estadual dos Transportes, quando foram transferidos para DERSA em 1989.

Após 18 anos, uma nova mudança ocorreu na administração do Porto de São Sebastião. O

convênio de delegação da União para o Estado de São Paulo foi renovado, por mais 25 anos em 2007 e foi criada a Companhia Docas de São Sebastião para administrar o porto.

O SINDAPORT já tinha conhecimento que este convênio de delegação citava a sucessão trabalhista e que os empregados do porto iriam migrar para a nova empresa. No entanto, esse processo arrastava-se há mais de seis anos e, neste período, o SINDICATO participou de muitas reuniões sobre o assunto.

Porém, agora, sem qualquer comunicação oficial ao SINDAPORT, os empregados da Companhia Docas de São Sebastião foram informados de que a partir de 01 de abril serão desligados da Dersa e assumidos pela administradora portuária em regime de sucessão.

Somente após esse ocorrido é

que foi realizada no dia 24 de março, em São Paulo, uma reunião entre representantes da DERSA, Companhia Docas de São Sebastião, o presidente do SINDAPORT Everaldo Cirino dos Santos, o diretor Agnaldo e o advogado Eraldo Franzese. O SINDICATO foi informado que, apesar de não ter recebido oficialmente os termos da sucessão, os trabalhadores não serão prejudicados e os direitos serão mantidos.

No caso específico do plano de saúde, fomos informados que algumas alterações podem ocorrer por causa do contrato, pois o que vem sendo praticado está vencido. Por isso, será realizada nova licitação e fatalmente os valores agora praticados serão reajustados.

O SINDAPORT vai acompanhar de perto essa questão e caso seja caracterizado prejuízo aos empregados, entrará com ação judicial para garantir todos os direitos.

SINDAPORT negocia com operadoras portuárias

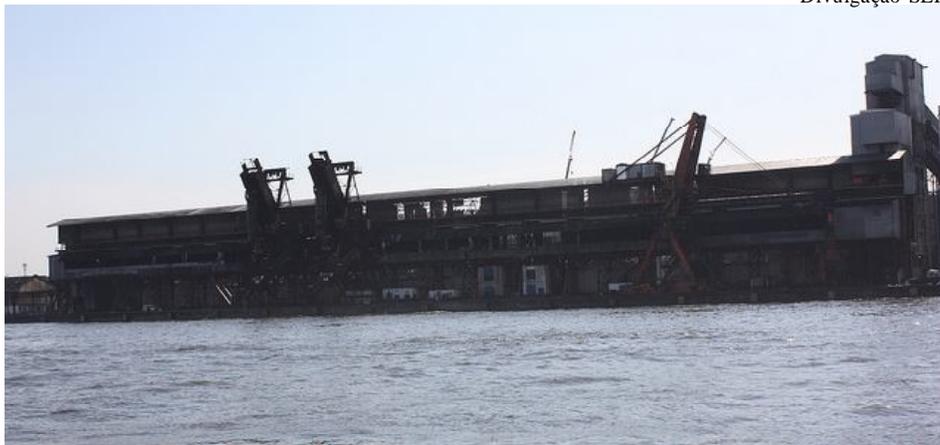
■ **EMBRAPORT** - Promovemos assembleia com a categoria e entregamos a pauta de reivindicações: manutenção da data base, reajuste de 10% em todas as cláusulas econômicas; plano de saúde integral ou com contribuição simbólica e troca do atual plano, vale alimentação de R\$550,00 e vale refeição no valor de R\$25,00 por dia;

■ **GRUPO RODRIMAR** - Promovemos assembleia e já enviamos a pauta com as reivindicações dos empregados: manutenção da data base, reajuste de 10% em todas as cláusulas econômicas, vale alimentação e plano de saúde com contribuição simbólica;

■ **COSAN/RUMO** - A categoria não aceitou nenhuma das três propostas apresentadas pela empresa e deliberou a seguinte contraproposta: reajuste salarial de 6%, reajuste de 8% no vale-refeição e no vale-alimentação; isenção do desconto no vale-transporte, anuênio de 1%, relógio de ponto com emissão de comprovante e manutenção das demais cláusulas do ACT.

SINDAPORT quer que MPF cobre explicações da Codesp sobre aditamentos e uso de recursos próprios em obras do PAC

Divulgação SEP



Em novembro, o ministro visitou as obras no cais de Outeirinhos

O SINDAPORT encaminhou ofício ao Ministério Público Federal parabenizando o órgão por pedir explicações a Codesp sobre o atraso nas obras de alinhamento do Cais do Outeirinhos, no Porto de Santos

Com base nessa denúncia, o SINDAPORT está solicitando ao MPF que também cobre explicações sobre outras duas situações nebulosas que assombram a Companhia.

Já se tornou prática, em muitos contratos celebrados pela Codesp, que após a assinatura, durante o andamento dos serviços contratados, aditamentos com reequilíbrio financeiro sejam pactuados entre as partes.

O SINDAPORT questiona se realmente todos esses aditamentos contratuais são efetivamente necessários e devidos.

No entender do SINDICATO, se tal prática torna-se costumeira, caracteriza **favorecimento indevido**, visto que, pelo valor inicial menor do contrato a ser celebrado, muitas empresas podem

ter deixado de participar da concorrência.

O SINDAPORT também expôs no documento enviado ao MPF que circulam informações dentro da própria Codesp sobre a não utilização de boa parte dos recursos financeiros disponibilizados pelo Governo Federal, através do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento.

Em contrapartida, a Codesp estaria realizando com seus próprios recursos financeiros, obras e serviços similares previstos pelo PAC.

O SINDAPORT, além da obrigação social, de zelar e fiscalizar os procedimentos da Codesp, enquanto Autoridade Portuária Pública, é também diretamente parte interessada. Somos o Sindicato majoritário, entre os empregados da Codesp, que podem ser prejudicados em suas evoluções salariais e no PLR (Participação nos Lucros e Resultados), em razão de gastos financeiros indevidos ou desnecessários, por parte da empresa.

MPF quer saber sobre atraso em obra do PAC-Copa

O Ministério Público Federal em Santos enviou um ofício à Codesp para obter informações sobre o andamento das obras no cais de Outeirinhos. O empreendimento faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento – Copa (PAC-Copa) e deveria ter sido entregue no fim de 2013, mas ainda não foi concluído.

O projeto, orçado em R\$ 266 milhões, prevê a dragagem do canal, para que tenha 15 metros de profundidade, e a ampliação do cais, de 630 para 1320 metros de extensão. Com isso, o local onde está situado o terminal de passageiros poderá receber até seis navios de cruzeiro. Hoje só comporta três embarcações.

No ofício, o procurador da República Thiago Lacerda Nobre requisita que a Codesp “*explique e fundamente as razões acerca do atraso nas obras, visto que a Copa de 2014 iniciar-se-á em menos de cem dias*”. Além disso, a companhia deve informar se os trabalhos estarão concluídos antes do início do torneio.

O MPF também solicita dados sobre o cronograma de conclusão da obra, com detalhes das fases de execução, e pede que a Codesp informe sobre a existência de eventuais aditivos aos contratos originais. As informações devem ser prestadas ainda neste mês de março.

Prestigie o café da manhã do SINDAPORT

O café da manhã do SINDAPORT é realizado toda segunda quarta-feira do mês, das 9 às 11 horas. Participe!!!!



Justiça decide que FGTS pode ser usado para pagar pensão alimentícia

A Justiça Federal decidiu neste mês que o trabalhador pode usar o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagar a pensão alimentícia. O entendimento foi firmado pela Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais (TNU), vinculada ao Conselho da Justiça Federal (CJF).

Os integrantes do colegiado decidiram restabelecer uma decisão da Justiça de Santa

Catarina que autorizou um trabalhador a sacar o valor retido na conta do FGTS para fazer o pagamento do débito. A decisão foi revertida em função do entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que autoriza o saque.

De acordo com a turma, apesar da Lei 8.036/90, que trata dos casos em que o dinheiro pode ser sacado, não definir que o dinheiro do FGTS deve ser utilizado para pagamento de

pensão, a necessidade de garantir alimentos é assegurada pela Constituição.

“Segundo o entendimento do STJ, está a obrigação alimentícia devida pelo titular da conta vinculada a seus dependentes, em decorrência dos princípios constitucionais da proporcionalidade e da dignidade da pessoa humana”, afirmou o juiz federal Gláucio Maciel, relator do processo. (Fonte: Agência Brasil)

Grupo de Amparo e Solidariedade do SINDAPORT completa 15 anos

O Gase – Grupo de Amparo e Solidariedade aos Enfermos do SINDAPORT – está completando 15 anos de atividades. Criado em 13 de abril de 1999, o Gase representa o SINDAPORT em visitas a doqueiros (associados ou não) que estão internados em hospitais da Região ou que estão acamados em casa e também precisam de uma palavra amiga.

Conversar, relembrar os tempos de Docas e auxiliar a família, caso esteja ocorrendo algum problema durante a internação, estão entre as atividades do Gase.

Os companheiros integram o Grupo voluntariamente e têm como único objetivo levar solidariedade ao amigo portuário que está passando por um momento de fragilidade.

O Grupo foi criado durante a gestão do ex-presidente Jurandir França da Hora e era composto pelos companheiros Ariovaldo



Fotos: Gisele de Oliveira

Os companheiros do Gase doam um pouco do seu tempo voluntariamente para visitar colegas portuários que estão internados

Martins Paes, Orlando Ayres (falecido), David Barga (falecido), Ana Maria Bartholo e Maria Aparecida Lopes. Nesses 15 anos de atuação também participaram do Gase os colegas Walter Melo, Osmar Dias de Moraes, Leonor Bonfim e João Gamo.

Atualmente o Gase é formado pelo companheiro Ariovaldo

Martins Paes que é o coordenador do grupo e está desde o início de sua criação, Silvio Campos, Janice Gomes F. Santos e Regina Célia Guedini Campos.

Para a entrada e permanência no quarto do paciente os representantes do GASE utilizam crachás de identificação e uniformes.



“Meu marido está internado há dois meses na Santa Casa e o pessoal do Gase vem toda semana conversar com ele. É bom porque demonstra que os portuários não são esquecidos”, Maria Auxiliadora, esposa do ajustador mecânico Oswaldo Lino Jr.



“Estive internado no final do ano passado e os companheiros do Gase foram me visitar. É um trabalho muito bom porque quem está na cama do hospital precisa de uma palavra de apoio, de ânimo. Enquanto conversamos não pensamos na doença”, Irineu Duarte Gonçalves, associado do SINDAPORT



“O Gase sempre visita meu marido aqui no hospital. Acho muito bom o trabalho do Grupo. Eles conversam, lembram dos colegas de Docas. É um importante apoio nesse momento”, Alzira de Jesus, casada com o guarda portuário aposentado Peri de Jesus

Deputado federal Paulo Teixeira visita SINDAPORT e recebe o título de sócio benemérito

O SINDAPORT recebeu na sexta-feira, 21 de março, a visita do deputado federal Paulo Teixeira (PT/SP). Aproveitamos a vinda do parlamentar para manifestar publicamente nosso agradecimento pelo empenho e participação decisiva na implantação do PCES.

Representantes da APP, Unapportus, Associação da Guarda Portuária, Polícia Civil e o vereador e ex-presidente do SINDAPORT Benedito Furtado também compareceram ao SINDAPORT para acompanhar o evento.

Além de agradecer ao apoio para a implantação de nosso Plano de Cargos e Salários, aproveitamos para apresentar outros pleitos ao deputado: **Acordo Coletivo 2014; Situação Financeira do PORTUS; Reflexos do PCES nas complementações de aposentadorias; ajustes no PCES (engessados) e regulamentação da Guarda Portuária, entre outros pleitos específicos dessa categoria.**

O deputado federal ouviu todas os pedidos e assumiu os seguintes compromissos:

■ Na questão dos engessados, da complementação e da Guarda Portuária, vai conversar com o DEST e marcar audiência com o Ministro dos Portos para buscar solução para essas pendências.

■ No caso específico da Guarda Portuária também vai agendar uma reunião com a assessora legislativa do Ministro da Justiça e notificar os membros da comissão as datas

Deputado federal Paulo Teixeira recebeu uma placa em agradecimento ao apoio prestado no ano passado para a implantação do PCES



Audiência do SINDAPORT ficou lotada durante a visita do deputado federal

PL pode liberar R\$ 350 milhões para o Portus

Recentemente, o ministro da SEP anunciou um possível aporte financeiro relativo às dívidas de contribuições das Companhias Docas. Porém, para essa liberação é preciso a aprovação no Congresso de um Projeto de Lei.

Por isso pedimos auxílio ao deputado federal Paulo Teixeira, pois o Governo tem até o dia 31 para apresentar esse projeto de lei que visa a liberação de R\$ 350 milhões para o Portus.

Sabemos que a destinação desses recursos já tem o aval da área econômica do Governo,

mas necessita da aprovação do Congresso Nacional.

Com esse dinheiro, o Portus teria um fôlego de quatro a cinco anos para que os participantes continuem recebendo os benefícios sem as constantes ameaças de atraso. Além disso, com o fim das auditorias do Portus, esperamos que o Governo pague as dívidas das Companhias Docas.

O deputado federal Paulo Teixeira, que afirmou integrar uma Comissão de Orçamento, solicitou o projeto de lei e vai fazer gestão nas áreas responsáveis que discutem o Portus.